

CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO NACIONAL -
AFTN – 1998

GABARITO FINAL Prova a.3 – Área: TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO
Aplicada dia 18/10/98 – Domingo – PELA MANHÃ

GABARITO 1		*****GABARITO 2*****		GABARITO 3		GABARITO 4	
Contencioso e Processo Fiscal	Inst. Direito Púb e Privado	Contencioso e Processo Fiscal	Direito Comercial	Inst. Direito Púb e Privado	Contencioso e Processo Fiscal	Direito Civil	Contencioso e Processo Fiscal
01- D	31- C	01- D	31- C	01- B	31- C	01- B	31- B
02- E	32- B	02- A	32- D	02- A	32- D	02- A	32- C
03- A	33- D	03- B	33- E	03- C	33- E	03- C	33- D
04- D	34- E	04- B	34- C	04- D	34- C	04- D	34- C
05- C	<u>Direito Proc. Civil</u>	05- E	35- B	<u>Direito Proc. Civil</u>	35- B	05- A	35- D
06- C		06- C	36- C		36- B	06- C	36- B
07- E	35- B	07- E	37- A	05- A	37- D	07- E	37- E
08- A	36- C	08- C	<u>Direito</u>	06- B	38- E	08- B	38- D
09- D	37- D	09- D	<u>Civil</u>	07- C	39- C	<u>Direito</u>	39- A
10- B	38- A	10- A	38- A	08- E	40- A	<u>Comercial</u>	40- D
11- E	39- E	11- C	39- D	09- D	41- D	09- B	41- A
12- A	<u>Direito Penal</u>	12- B	40- B	<u>Direito Penal</u>	42- E	10- D	42- C
13- D		13- C	41- E		43- C	11- C	43- C
14- C	40- C	14- B	42- C	10- B	44- B	12- D	44- B
15- D	41- C	15- A	43- B	11- B	45- C	13- A	45- E
16- E	42- E	16- E	44- E	12- D	46- D	14- E	46- A
17- A	43- B	17- D	45- A	13- A	47- E	15- D	47- B
18- B	44- D	18- E	<u>Direito</u>	14- C	48- A	<u>Inst. Direito</u>	48- C
19- A	45- A	19- B	<u>Penal</u>	15- E	49- E	<u>Público e</u>	49- A
20- B	<u>Direito Civil</u>	20- A	46- B	<u>Direito Civil</u>	50- A	<u>Privado</u> 16- E	50- E
21- E		21- C	47- E		51- D		51- E
22- C	46- E	22- E	48- C	16- D	52- B	17- D	52- B
23- B	47- D	23- B	49- A	17- C	53- A	18- A	53- C
24- D	48- A	24- A	50- D	18- E	54- C	19- B	54- A
25- B	49- B	25- D	<u>Direito</u>	19- A	55- A	<u>Direito</u>	55- D
26- D	50- D	26- D	<u>Proc. Civil</u>	20- C	56- C	<u>Proc. Civil</u>	56- B
27- A	51- A	27- E	51- D	21- E	57- E	20- D	57- C
28- A	52- C	28- B	52- A	22- B	58- E	21- E	58- A
29- E	53- E	29- A	53- B	23- D	59- D	22- A	59- E
30- C	<u>Direito Comercial</u>	30- E	54- E	<u>Direito Comercial</u>	60- B	23- C	60- A
			55- D			24- B	
	54- E		56- C	24- D		<u>Direito Penal</u>	
	55- B		<u>Inst. Dir. Púb e Privado</u>	25- A		25- E	
	56- A			26- E		26- E	
	57- B		57- A	27- A		27- B	
	58- D		58- E	28- C		28- D	
	59- C		59- C	29- B		29- A	
	60- B		60- D	30- A		30- C	

PROVA A3– GABARITO 2
CONTENCIOSO E PROCESSO FISCAL

01- A empresa Centrais de Energia Elétrica de Barra Funda S/A, autuada por falta de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), impugnou a exigência alegando estar ao abrigo da imunidade prevista no § 3º do art. 155 da Constituição. Apreciando a impugnação, a autoridade julgadora de primeira instância manteve a exigência. A empresa recorreu tempestivamente ao Conselho de Contribuintes, instruindo seu recurso com cópia da petição inicial de ação em mandado de segurança, objetivando não ser compelida a recolher a contribuição, bem como da liminar concedida. Neste caso, o Conselho deverá

- a) dar provimento ao recurso, tendo em vista a liminar obtida pelo contribuinte
- b) tomar conhecimento do recurso e julgá-lo normalmente, pois as instâncias administrativa e judicial são independentes
- c) retirar o processo de pauta até que sobrevenha a decisão definitiva na esfera judicial
- d) não tomar conhecimento do recurso, pois a propositura da ação judicial importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou desistência do recurso acaso interposto
- e) julgar o recurso; no caso de dar-lhe provimento, determinar o arquivamento do processo; no caso de negar-lhe provimento, determinar que se aguarde a decisão judicial para prosseguir na cobrança, eis que o crédito se encontra com a exigibilidade suspensa pela liminar concedida

02- João da Silva, casado, proprietário de um terreno avaliado em R\$150.000,00 e da casa onde mora com a família, avaliada em R\$200.000,00, tomou empréstimo de R\$100.000,00 em instituição financeira, dando, como garantia, hipoteca do terreno. João veio a falecer sem ter pago o empréstimo e deixando, ainda, uma dívida de imposto de renda de R\$180.000,00, formalizada um ano após a constituição da hipoteca sobre o terreno, já vencida e inscrita na Dívida Ativa da União. Os únicos bens integrantes do espólio são o terreno e a casa acima mencionados. Sabendo que a lei considera impenhorável o imóvel residencial da entidade familiar, assinale a opção correta.

- a) O terreno responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- b) O terreno e a casa respondem pelo pagamento do débito inscrito na Dívida Ativa, uma vez que não podem ser opostas à Fazenda Pública quaisquer cláusulas que onerem ou gravem com

- impenhorabilidade ou inalienabilidade dos bens.
- c) Por ser o valor da casa suficiente para responder pela dívida para com a Fazenda Pública, e estando o terreno hipotecado, apenas a casa poderá ser penhorada.
- d) A Fazenda Pública ficou sem qualquer garantia quanto ao seu crédito, pois a casa é impenhorável e o terreno está gravado com hipoteca constituída antes da constituição do crédito da Fazenda.
- e) A Fazenda ficou sem qualquer garantia, porque, com o falecimento, abre-se a sucessão e os bens transmitem-se imediatamente aos sucessores. Uma vez que os sucessores não são os devedores titulares, não terá a Fazenda como executar a dívida, por falta de garantia.

03- Com relação à Dívida Ativa da Fazenda Pública, assinale, entre as opções abaixo, a que contém uma afirmação falsa.

- a) Compreende créditos tributários e não-tributários vencidos e não pagos.
- b) A Certidão da Dívida Ativa em hipótese alguma pode ser emendada ou substituída.
- c) Uma vez inscrita pelo órgão competente, goza de presunção de liquidez e certeza e tem efeito de prova pré-constituída.
- d) A Certidão da Dívida Ativa tem eficácia de título executivo, possibilitando sua utilização em processo de execução.
- e) Abrange atualização monetária, juros e multas e demais encargos previstos em lei ou contrato.

04- Ao formalizar seu voto, o Conselheiro Relator cometeu erro de cálculo, prejudicial à Fazenda Nacional, o que foi detectado pela autoridade incumbida da execução do acórdão. Nesse caso,

- a) a autoridade tem o prazo de cinco dias para requerer a retificação ao Relator
- b) mediante representação da autoridade incumbida da execução do acórdão, o erro será retificado pela Câmara
- c) a autoridade incumbida da execução do acórdão deve representar ao Procurador da Fazenda Nacional, para que este apresente Recurso junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais
- d) o Presidente da Câmara poderá, a pedido da autoridade incumbida da execução do acórdão, retificar o erro
- e) tratando-se de simples erro de cálculo, a autoridade incumbida da execução do acórdão pode proceder à correção

05- Em recurso dirigido ao Conselho de Contribuintes, o sujeito passivo argüiu preliminar de

decadência do direito da Fazenda de efetuar o lançamento. O Conselheiro Relator, representante da Fazenda, ao proferir seu voto, acatou a preliminar. Colocada em votação a preliminar, quatro conselheiros acolheram-na e quatro, entre os quais o Presidente da Câmara, rejeitaram-na.

Nesse caso,

- a) tendo em vista o empate, prevalece o voto do Relator, sendo acatada a preliminar e cancelada a exigência
- b) prevalece o voto do Presidente, sendo rejeitada a preliminar; assim sendo, uma vez que o Relator foi vencido e não ultrapassa a preliminar, não votará ele quanto ao mérito
- c) os conselheiros que acolheram a preliminar podem se abster de votar quanto ao mérito
- d) rejeitada a preliminar pelo voto de qualidade, por ter sido, o Relator, vencido na preliminar, a votação quanto ao mérito fica adiada para a primeira sessão seguinte
- e) considera-se rejeitada a preliminar pelo voto de qualidade e, proclamada a rejeição, deve o Conselheiro Relator vencido votar quanto ao mérito

06- Determinado contribuinte, ao impugnar auto de infração, requereu perícia, cumprindo todos os requisitos exigidos na lei. A autoridade julgadora de primeira instância não se pronunciou sobre o pedido de perícia e, com base nos elementos contidos nos autos, julgou procedente a exigência formalizada no auto de infração. Inconformado, o contribuinte recorreu ao Conselho de Contribuintes, argüindo, como preliminar, nulidade da decisão de primeira instância, por cerceamento de defesa. O Conselheiro Relator do processo, no Conselho de Contribuintes, entendeu que os elementos contidos nos autos são suficientes para decidir a lide, não sendo necessária a perícia.

Diante disso,

- a) em qualquer hipótese, o Relator deverá anular a decisão por não ter se pronunciado sobre o pedido de perícia, o que configura cerceamento de defesa
- b) em hipótese alguma a decisão poderá ser anulada, uma vez que a lei prevê que a autoridade julgadora indeferirá a perícia desnecessária, e, assim, o fato de ela não ter se realizado não cerceia a defesa
- c) se o Relator entender que o contribuinte tem razão quanto ao mérito, não devendo prevalecer a exigência, apesar de merecer acolhimento a preliminar de nulidade, deixará de pronunciá-la, decidindo quanto ao mérito em favor do recorrente
- d) o Relator deverá votar pelo deferimento da perícia, suprimindo a omissão da autoridade julgadora de primeira instância
- e) não há como declarar a nulidade da decisão, pois foi proferida por autoridade competente

07- O contribuinte ALFA, domiciliado no Rio de Janeiro, formulou consulta sobre determinada matéria, solucionada pela Superintendência da Receita Federal da Sétima Região Fiscal (SRRF-7), do Estado do Rio de Janeiro. O contribuinte BETA,

domiciliado em São Paulo, recebera, no ano anterior, da Superintendência da Receita Federal da Oitava Região Fiscal (SRRF-8) do Estado de São Paulo, solução diferente, em consulta formulada sobre matéria idêntica. BETA tomou conhecimento da solução dada à consulta de ALFA através de publicação na imprensa oficial.

Considerando esses fatos, assinale a opção correta.

- a) O contribuinte BETA pode adotar a solução dada pela Superintendência da Sétima Região Fiscal, considerando revogada a solução anterior por ele recebida.
- b) BETA pode interpor recurso especial, com efeito suspensivo, ao órgão central da Secretaria da Receita Federal, comprovando a existência de soluções divergentes.
- c) Por não poder haver tratamentos diferentes para a mesma matéria, a interposição do recurso especial de divergência por BETA suspende os efeitos da solução dada a ALFA, por ser posterior.
- d) A solução da divergência pelo órgão central acarretará a edição de ato específico uniformizando o entendimento, o qual, em relação ao destinatário da solução reformada, produzirá efeitos a partir de 30 dias contados da data da ciência.
- e) Qualquer servidor da administração tributária que tomar conhecimento das soluções divergentes deverá formular representação ao órgão que houver proferido a decisão, encaminhando as soluções divergentes sobre a mesma matéria.

08- Considerando a competência para, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, solucionar os processos administrativos de consulta sobre interpretação da legislação tributária, identifique, na relação dos consulentes abaixo, com a letra **C**, se a competência for de órgão central, e com a letra **R** se a competência for de órgão regional. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta.

- () Órgão Central da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro
- () Órgão Regional da Administração Pública Federal
- () Órgão Central da Administração Pública Federal
- () Órgão Regional da Administração Pública do Estado de São Paulo
- () Confederação Nacional do Comércio
- () Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- () Banco Brasileiro de Descontos S/A

- a) C, R, C, R, C, R, R
- b) R, C, C, R, C, R, R
- c) R, R, C, R, C, R, R
- d) R, C, C, R, C, C, R
- e) C, R, C, R, C, C, R

09- A contribuinte Rosa da Silva, com domicílio fiscal no Rio de Janeiro, passava férias em Brasília quando tomou conhecimento de que seu inquilino, no Rio de Janeiro, retivera imposto de renda na fonte sobre os rendimentos de aluguel que creditara em sua conta bancária. Tendo dúvida sobre se caberia ou não a retenção, uma vez que o contrato de

locação fora firmado com pessoa física, mas no imóvel funcionava pessoa jurídica, formulou consulta ao Superintendente da Receita Federal da 1ª Região Fiscal, em Brasília, onde se encontrava. Considerados esses fatos, assinale a opção correta.

- a) A consulta não produz efeito, porque Rosa da Silva não tem legitimidade para formulá-la, mas apenas o inquilino, na qualidade de fonte.
- b) A consulta é eficaz, mas deverá ser encaminhada à Superintendência da 7ª Região Fiscal (Rio de Janeiro) após solucionada.
- c) A consulta é eficaz, e da solução proferida pelo órgão regional cabe recurso, com efeito suspensivo, ao órgão central.
- d) A consulta é ineficaz, porque apresentada fora do domicílio fiscal da consulente.
- e) A consulta é eficaz, podendo ser solucionada indiferentemente pela Superintendência da 1ª RF ou da 7ª RF, e da solução cabe pedido de reconsideração.

10- O recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, pode ser interposto pelo

- a) Procurador da Fazenda Nacional, de decisão não unânime contrária à evidência das provas
- b) sujeito passivo, de decisão não unânime contrária à evidência das provas
- c) sujeito passivo, de decisão que tenha dado à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado a mesma Câmara
- d) Procurador da Fazenda Nacional, de qualquer decisão contrária à lei
- e) Procurador da Fazenda Nacional, de decisão que tenha dado à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado a mesma Câmara

11- Entre as proposições a seguir, assinale a opção correta.

- a) De decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais, cabe pedido de reconsideração.
- b) De decisão do Conselho de Contribuintes, não cabe qualquer recurso.
- c) No âmbito da Secretaria da Receita Federal, a consulta é decidida em instância única.
- d) De decisão do Conselho de Contribuintes, cabe recurso de ofício.
- e) O recurso especial no processo de consulta tem efeito suspensivo.

12- Contra a empresa ALFA foi lavrado auto de infração para exigência de crédito tributário no valor de R\$ 2.000.000,00 de tributo e multa, além de juros de mora. Desse total de crédito exigido, R\$ 1.200.000,00 correspondem à infração caracterizada como omissão de receitas pela falta de contabilização de vendas e R\$ 800.000,00 pela falta de comprovação hábil de despesas. Tendo o contribuinte impugnado a exigência, a autoridade julgadora de primeira instância entendeu como hábil a comprovação das despesas, excluindo da exigência a parcela do crédito a ela correspondente (R\$ 800.000,00). Sabe-se que o limite de alçada, para

interposição de recurso de ofício, é de R\$ 500.000,00. Quarenta dias após tomar ciência da decisão de primeira instância, a empresa apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, quanto à parte mantida (referente à omissão de receitas). Diante dessa situação, é correto afirmar que

- a) a decisão de primeira instância tornou-se definitiva na esfera administrativa, após decorridos 30 dias de sua ciência pelo sujeito passivo
- b) ainda que o contribuinte pague a parcela do crédito mantida (R\$ 1.200.000,00 mais juros de mora) a decisão não se torna definitiva na esfera administrativa
- c) para que a decisão de primeira instância se torne definitiva na esfera administrativa, é necessário e suficiente que o Conselho declare a perempção do recurso do sujeito passivo
- d) tendo o contribuinte perdido o prazo para recurso, deverá pagar a parcela mantida (R\$ 1.200.000,00 mais juros de mora), o que acarretará a extinção total do crédito constituído e imediato arquivamento do processo
- e) por ter sido o recurso apresentado fora de prazo, a autoridade preparadora declarará a definitividade da decisão, determinando a cobrança do crédito

13- Nas opções abaixo, indique, com o algarismo romano que identifica os atos a seguir, quem é competente para praticá-los.

I - Julgar recurso voluntário de decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento, em processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre Operações Financeiras.

II - Julgar recurso de ofício em processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados vinculado à importação.

III - Julgar recurso voluntário de decisão que deu provimento a recurso de ofício.

IV - Propor ao Ministro de Estado a aplicação de equidade, na forma da legislação vigente, quando não houver reincidência, sonegação, fraude, simulação ou conluio, em processo de imposto de renda.

V - Julgar, no processo administrativo fiscal, a impugnação do sujeito passivo.

- () Delegado da Receita Federal de Julgamento
- () Terceiro Conselho de Contribuintes
- () Câmara Superior de Recursos Fiscais
- () Cada uma das Câmaras do Primeiro Conselho de Contribuintes
- () Segundo Conselho de Contribuintes

- a) I, II, III, IV, V
- b) II, III, I, IV, V
- c) V, II, III, IV, I
- d) V, II, III, I, IV
- e) III, II, I, V, IV

14- Assinale a opção correta.

- a) O exame de recurso voluntário compete, sempre, ao Conselho de Contribuintes.

- b) O recurso especial de divergência, nos casos em que é admitido, pode ser interposto pelo sujeito passivo e pelo Procurador da Fazenda Nacional.
- c) A Câmara Superior de Recursos Fiscais compete julgar apenas os recursos especiais de divergência.
- d) Compete aos Delegados da Receita Federal a interposição de recurso de ofício de decisões dos Delegados de Julgamento.
- e) O recurso de ofício deve ser interposto no prazo de 30 dias da ciência da decisão.

15- O importador **A** foi autuado por divergência na classificação fiscal de produto submetido a despacho de importação. O autuante fundamentou a exigência em laudos e pareceres técnicos produzidos em relação a produto originário do mesmo fabricante, com igual denominação, marca e especificações, importado por **B**, os quais foram transladados mediante cópia fiel. O importador **A** impugnou a exigência, alegando que os laudos e pareceres, por não terem sido produzidos para o produto por ele importado, eram estranhos ao processo. Nesse caso,

- a) os laudos e pareceres transladados têm eficácia e a autoridade, ao apreciá-los, formará livremente sua convicção
- b) os laudos e pareceres, por não terem sido emitidos para o produto objeto do litígio, devem ser rejeitados pela autoridade julgadora
- c) os laudos e pareceres transladados têm eficácia, e a autoridade julgadora fica a eles adstrita
- d) a existência dos laudos no processo impede a solicitação, pela autoridade julgadora, de novos laudos
- e) embora a existência de laudos no processo, pelo princípio da economia, impeça a solicitação de novos laudos, neste caso poderão ser pedidos, uma vez que os laudos existentes não se referem ao próprio produto objeto do litígio

16- Ao apresentar sua impugnação a auto de infração, o sujeito passivo requereu perícia, formulando quesitos e indicando nome, endereço e qualificação profissional do seu perito. A autoridade julgadora de primeira instância, nesse caso,

- a) poderá, mediante despacho no processo, indeferir a perícia, abrindo prazo de quinze dias para o sujeito passivo recorrer do indeferimento
- b) só poderá indeferir a perícia se a mesma for impraticável
- c) está obrigada a deferir a realização da perícia, uma vez que o contribuinte observou os requisitos legais para a formulação do respectivo pedido
- d) não poderá deferir a perícia sem antes ouvir o autor do auto de infração, tendo em vista o princípio do contraditório
- e) se entender prescindível a perícia, poderá indeferir-la, fazendo constar da decisão o indeferimento, devidamente fundamentado

17- Após colher todos os elementos necessários no estabelecimento do contribuinte, o auditor-fiscal lavrou o auto de infração na repartição e, por via

postal, intimou o sujeito passivo a comparecer na repartição para tomar ciência do lançamento. O Aviso de Recebimento foi restituído pelos Correios devidamente assinado e datado. Não tendo o sujeito passivo comparecido, o auditor tentou fazer a intimação pessoal, comparecendo ao estabelecimento fiscalizado, mas não conseguiu encontrar qualquer representante legal, mandatário ou preposto do sujeito passivo para receber a intimação. Diante disso, fez a intimação por edital. Considerados os fatos descritos pode-se dizer que a intimação

- a) por edital é válida, porque precedida de tentativa de intimação pessoal e por via postal
- b) não é válida porque só se admite fazê-la por edital se não constar qualquer endereço do contribuinte nos cadastros da Receita Federal
- c) não é válida porque, embora tentadas a intimação pessoal e a por via postal, a tentativa por via postal precedeu a tentativa pessoal
- d) não é válida porque não restou provado ter resultado infrutífera a tentativa de intimação por via postal
- e) é válida porque a lei admite que ela seja feita, à opção da administração, pessoalmente, por via postal ou por edital

18- Após tentar sem sucesso dar ciência de auto de infração a um contribuinte intimando-o pessoalmente e por via postal ou telegráfica (não constavam outros endereços nos cadastros da Receita Federal que possibilitassem a intimação por via eletrônica, fax ou qualquer outro meio), a autoridade administrativa determinou a intimação por edital. O edital foi publicado no dia 01 de junho, segunda-feira. Sabe-se que nos dias 01 de junho e 16 de julho a repartição não funcionou, por serem feriados, e que nos dias 13, 14 e 15 de julho houve greve dos servidores, não tendo o expediente sido normal. O último dia do prazo para impugnação será:

- a) 01 de julho
- b) 16 de julho
- c) 02 de julho
- d) 19 de julho
- e) 17 de julho

19- Em procedimento de fiscalização, o auditor-fiscal apurou que a empresa fiscalizada vendeu mercadorias sem registrar as operações respectivas em seus livros comerciais e fiscais. Esse fato, correspondente a omissão de receitas operacionais, caracterizou infração à legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), que implicou a exigência, também, de Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), de Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Diante dessa situação, o procedimento do auditor será o seguinte:

- a) Deverá ser lavrado um único auto de infração formalizando as exigências relativas ao IRPJ, à

CSL, ao PIS e à COFINS.

- b) Deverão ser formalizados quatro autos de infração, um para cada exigência, os quais serão objeto de um único processo.
- c) Deverão ser formalizados quatro autos de infração, um para cada exigência, que darão origem a quatro processos distintos.
- d) Deverá ser lavrado um auto de infração para cada exigência, os quais serão objeto de dois processos distintos, o primeiro, contendo os autos de infração do IRPJ e da CSL, por serem da competência julgadora, na segunda instância, do Primeiro Conselho de Contribuintes, e o segundo, contendo os autos de infração do PIS e da COFINS, por serem da competência julgadora, em segunda instância, do Segundo Conselho de Contribuintes.
- e) Deverá ser lavrado um auto de infração principal, relativo ao IRPJ, e outro auto de infração contendo todas as exigências das contribuições (CSL, PIS e COFINS), que se caracterizam como acessórias.

20- No curso de procedimento de fiscalização junto à empresa ABC, domiciliada no Rio de Janeiro, efetuada pelo Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional A, servidor lotado e em exercício na Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro, fez-se necessária diligência junto à empresa XYZ, fornecedora da fiscalizada, domiciliada na cidade de São Paulo. Como resultado da diligência, realizada pelo próprio auditor A, ficou constatado o cometimento de infrações tanto por parte da empresa ABC como por parte da empresa XYZ.

Diante dessa situação é correto afirmar que

- a) Ambos os procedimentos em relação a XYZ (diligência e auto de infração), mesmo formalizados pelo auditor-fiscal A, são válidos, e se impugnado o auto de infração, o julgamento compete ao titular da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo
- b) a diligência, mesmo formalizada por servidor de jurisdição diversa do domicílio tributário do sujeito passivo, tem validade, mas o auto de infração contra XYZ só pode ser lavrado por auditor-fiscal da Delegacia da Receita Federal em São Paulo, em razão da competência para julgamento
- c) ambos os procedimentos em relação a XYZ (diligência e auto de infração), mesmo formalizados pelo auditor-fiscal A, são válidos, e, se impugnado o auto de infração, o julgamento compete ao titular da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro
- d) a diligência não tem validade, tendo em vista que o auditor-fiscal A é de jurisdição diversa do domicílio tributário do sujeito passivo
- e) nenhum dos dois procedimentos em relação a XYZ (diligência e auto de infração) é válido, porque formalizados por servidor competente de jurisdição diversa do domicílio tributário do sujeito passivo

21- Analise se as proposições enunciadas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e, a seguir, assinale a opção que contém a sequência correta.

- I - Compete à autoridade preparadora negar seguimento a recurso ao Conselho de Contribuintes apresentado fora do prazo.
- II - A exigência inicial do crédito tributário pode ser agravada em decorrência da decisão de primeira instância.
- III - O momento processual próprio para a apresentação de provas documentais é com a impugnação, sendo desfeito ao sujeito passivo apresentá-las depois.

- a) V, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) F, F, V
- e) V, V, F

22- João da Silva, servidor público, vendeu a José Pereira um imóvel por R\$ 200.000,00, obtendo um lucro de R\$ 50.000,00. Como parte dos recursos utilizados por José para o pagamento eram oriundos de rendimentos tributáveis, porém não oferecidos à tributação, a escritura foi passada por R\$ 100.000,00. Com isso, também João não pagou imposto de renda sobre o lucro imobiliário.

Quebrado o sigilo bancário de João por suposto envolvimento em crime de corrupção, a Receita Federal, autorizada pelo Poder Judiciário, teve acesso ao cheque no valor de R\$ 200.000,00, depositado em sua conta bancária, intimando-o a comprovar a operação que deu origem ao pagamento. Ao saber que João fora intimado, José pediu retificação de sua declaração do imposto de renda, para oferecer à tributação os rendimentos anteriormente omitidos.

Considerando esses fatos, assinale a opção correta.

- a) Enquanto não lavrados os autos de infração respectivos, tanto João como José podem pagar espontaneamente o imposto sobre os rendimentos omitidos, ficando excluída sua responsabilidade pela infração.
- b) A intimação feita a João exclui sua espontaneidade, mas não atinge José, que não foi intimado.
- c) A intimação feita a João não tem qualquer implicação, pois ainda não se estabeleceu a relação jurídica processual.
- d) A espontaneidade de José só ficará excluída se e quando for lavrado o auto de infração contra João.
- e) A intimação feita a João exclui a espontaneidade de João e de José.

23- João das Candeias foi notificado de lançamento que lhe exigia diferença de imposto de renda. Estando com viagem marcada para o exterior para aquele mesmo dia, comunicou o fato à Delegacia da Receita Federal de seu domicílio, por via postal mediante aviso de recebimento, informando, ainda, que tomaria as providências relativas ao caso tão logo retornasse. Tendo regressado 45 dias depois, impugnou a exigência. Nesse caso:

- a) tendo em vista as características especiais do caso, e considerando que a comunicação do sujeito passivo deu-se no mesmo dia em que ele foi intimado, o

Delegado da Receita pode prorrogar o prazo para impugnação

- b) será declarada a revelia, permanecendo o processo no órgão preparador por trinta dias, para cobrança amigável
- c) o órgão preparador (Delegacia da Receita Federal) encaminhará o processo à Procuradoria da Fazenda Nacional para manifestação sobre a tempestividade da impugnação
- d) o órgão preparador (Delegacia da Receita Federal) encaminhará o processo à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, cujo titular declarará a revelia
- e) a prorrogação do prazo para impugnação só pode ser decidida pelo Delegado de Julgamento

24- Analise se as proposições enunciadas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e, a seguir, assinale a opção que contém a sequência correta.

- I- Os atos e termos no processo administrativo fiscal não podem conter entrelinhas, rasuras ou emendas.
- II- Na contagem dos prazos no processo administrativo fiscal excluem-se os dias em que não seja normal o expediente no órgão em que corra o processo.
- III- Com a apreensão de mercadorias tem início o procedimento fiscal.
- IV- A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de liquidez e certeza.

- a) F, F, V, F
- b) V, F, V, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, V, F
- e) F, F, F, F

25- Assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

() A intimação escrita, feita pelo Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, regularmente cientificada ao contribuinte, determinando a apresentação de livros e documentos, dá início ao procedimento fiscal.

() No curso do procedimento fiscal, todos os termos devem ser lavrados no livro fiscal próprio para esse fim (Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência), sob pena de não terem validade.

() Lavrado o termo de início de fiscalização, é assegurado ao sujeito passivo o prazo de 20 dias para regularizar espontaneamente qualquer irregularidade, somente podendo ser lavrado auto de infração após o decurso desse prazo sem a providência regularizadora por parte do sujeito passivo.

- a) F, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, V
- d) V, F, F
- e) V, F, V

26- Analise se as proposições enunciadas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e, a seguir, assinale a opção que contém a sequência correta.

I- Os atos e termos processuais, no processo administrativo fiscal, possuem formas rígidas, previstas na lei, que, se não observadas, acarretam a nulidade absoluta do processo.

II- Qualquer irregularidade na numeração das páginas do processo constitui vício insanável, acarretando a nulidade do processo.

III- O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores.

- a) F, F, F
- b) V, V, V
- c) F, V, F
- d) F, F, V
- e) V, F, V

27- A empresa importadora ABC impugnou lançamento formalizado em auto de infração em que se discutia a classificação fiscal de máquina importada. A autoridade julgadora de primeira instância, por entender que os elementos de prova trazidos aos autos pela fiscalização e pelo sujeito passivo não eram suficientes para formar sua convicção, determinou a realização de diligência junto ao Instituto Nacional de Tecnologia, formulando indagações quanto ao funcionamento da máquina, importantes, a seu juízo, para a classificação. Determinou, outrossim, fosse o sujeito passivo intimado a se manifestar sobre o pedido de diligência e a formular indagações que entendesse importantes a serem esclarecidas pela mencionada instituição, bem como fosse cientificado do resultado da diligência antes do retorno do processo para julgamento. O sujeito passivo não atendeu às intimações para se manifestar prévia e posteriormente à realização da diligência. A autoridade julgadora, com base no resultado da diligência, formou sua convicção e decidiu a lide. Considerando os fatos descritos, assinale a assertiva correta.

- a) A autoridade julgadora, tendo em vista o princípio da verdade material, pode mandar produzir provas e angariar para os autos todas as informações a respeito da matéria tratada, porém, uma vez que o sujeito passivo não atendeu à intimação, o processo deveria ter sido arquivado sem julgamento.
- b) A decisão prolatada não produzirá efeito, pois a autoridade julgadora fica jungida aos aspectos considerados pelo sujeito passivo e pela fiscalização, não podendo determinar, de ofício, a produção de provas e a colação de informações por aqueles não apresentadas.
- c) O procedimento descrito atende os princípios da verdade formal e da oficialidade, de observância obrigatória no processo administrativo fiscal.
- d) Por violar os princípios da verdade material e da neutralidade da autoridade julgadora, o procedimento descrito torna anulável a decisão.
- e) O procedimento descrito atende aos princípios

orientadores do processo administrativo fiscal, não tornando anulável a decisão.

28- O sujeito passivo E.M., domiciliado em Brasília, DF, intimado a recolher crédito tributário formalizado em auto de infração, apresentou impugnação no último dia do prazo facultado pela lei, dirigindo-a ao Delegado da Receita Federal em Brasília. Nesse caso:

- a) não se instaura o litígio, por estar a impugnação dirigida a autoridade incompetente
- b) pelo princípio da informalidade, a autoridade preparadora deve receber normalmente a impugnação, encaminhando-a à autoridade competente para julgamento
- c) a autoridade preparadora não deve receber a impugnação, orientando o sujeito passivo quanto à forma de retificá-la
- d) embora, em princípio, a autoridade preparadora devesse intimar o sujeito passivo a regularizar a impugnação, no caso, tal será impossível, uma vez que o prazo para impugnação já se esgotou; conseqüentemente, o lançamento torna-se definitivo na esfera administrativa
- e) deve o sujeito passivo ser intimado a corrigir o endereçamento (autoridade a quem é dirigida) na peça impugnatória

29- O processo administrativo fiscal, no atual sistema jurídico brasileiro, subordina-se a uma limitação de caráter constitucional, decorrente do princípio da unidade de jurisdição. Isso significa que:

- a) o processo administrativo fiscal tem uma função de revisão interna do ato administrativo e apenas as decisões emanadas do Poder Judiciário são consideradas definitivas, com efeito de coisa julgada
- b) o sujeito passivo só pode discutir a exigência na esfera judicial após esgotada a esfera administrativa
- c) a decisão irrecorrível, no processo administrativo, contrária ao sujeito passivo, faz coisa julgada, não podendo ser submetida à apreciação do Poder Judiciário
- d) se o sujeito passivo impugnar a exigência na esfera administrativa, não poderá ingressar com processo na esfera judicial
- e) não pode haver concomitância de discussão de uma lide no âmbito administrativo e no âmbito judicial, podendo o sujeito passivo optar entre esgotar a esfera administrativa e depois ingressar na judicial ou, ao contrário, esgotar a esfera judicial e depois ingressar na esfera administrativa

30- O titular de determinada Delegacia da Receita Federal de Julgamento, ao prolatar decisão em primeira instância, deixou de apreciar as razões de defesa apresentadas pelo sujeito passivo, o que levou o Conselho de Contribuintes a declarar a nulidade da decisão de primeira instância. Conseqüentemente, é correto afirmar que:

- a) não se formou a relação jurídica processual

- b) a relação jurídica processual se formou, mas foi anulada
- c) anulada a relação jurídica processual, resta anulada a relação jurídica material, com a qual aquela se confunde
- d) a relação jurídica processual não subsiste, mas permanece a relação jurídica material
- e) a relação jurídica processual subsiste

DIREITO:

Instituto de Direito Privado:

COMERCIAL

31- A classificação dos créditos na falência visa a

- a) tornar exigíveis as preferências dos trabalhadores
- b) organizar os credores segundo classes
- c) fixar prioridades para o pagamento dos valores
- d) garantir o fisco
- e) dar transparência às operações negociais do falido

32- O pagamento das duplicatas originadas de compras e vendas mercantis a prazo

- a) somente deve ser feito em bancos credenciados pelo sacador
- b) deve ser feito ao beneficiário original, proibido o endosso, em vista das normas respeitantes à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)
- c) se feito contra recibo, sempre eximirá o devedor de responsabilidade, mesmo diante de portador de boa-fé, na forma da lei
- d) se feito contra recibo, não eximirá o devedor de responsabilidade decorrente do título perante portador de boa-fé
- e) deixa de ser devido quando da falência do sacador

33- A autonomia das obrigações cambiárias é função da(de)

- a) abstração que as caracteriza
- b) literalidade dos títulos
- c) circulabilidade dos direitos incorporados ao papel
- d) endossos em branco
- e) exigências para garantir a circulação dos títulos

34- A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades

- a) decorre de atos de abuso de poder
- b) previne ou corrige a prática de atos dolosos ou fraudulentos
- c) modifica o centro de imputação
- d) visa a garantir o cumprimento de obrigações
- e) é medida voltada para atender aos interesses do fisco

35- O direito de recesso nas sociedades por cotas e anônimas pode ser exercido quando há alteração

- a) do endereço da sede social
- b) aprovada por maioria dos presentes
- c) de sócios/acionistas
- d) das bases do negócio
- e) do capital social

- 36- As sociedades de capital e indústria e em conta de participação confundem-se no que diz respeito a
- apresentação perante terceiros
 - partilha de resultados entre as diferentes espécies de sócios
 - responsabilidade do sócio oculto e o de indústria pelas obrigações sociais
 - personificação frente ao fisco
 - função dos sócios ocultos e de indústria como provedores de capitais

- 37- Partindo da noção econômica de empresa, o direito toma a figura considerando-a:
- atividade econômica organizada
 - atividade de pessoa ou grupos de pessoas
 - equivalente à sociedade mercantil
 - conjunto dos fatores da produção
 - conjugação de pessoas e bens para obtenção de lucros

CIVIL

- 38- Assinale a opção falsa.
- A remição hipotecária é o direito concedido a certas pessoas de liberar o imóvel onerado, mediante pagamento da quantia devida, desde que haja o consentimento do credor.
 - Anticrese é o direito real de perceber os frutos em desconto da dívida, segundo as regras gerais de imputação em pagamento.
 - O fiduciário tem o dever de proporcionar ao fiduciante o financiamento, empréstimo ou entrega de mercadoria a que se obrigou.
 - O devedor pignoratício tem direito de conservar a posse indireta do bem empenhado, apesar de o transferir ao credor.
 - O fiduciante tem o direito de receber do fiduciário o saldo da venda da coisa alienada, efetivada por força do inadimplemento de sua obrigação.

- 39- O usufruto instituído para beneficiar várias pessoas, extinguindo-se, gradativamente, em relação a cada uma das que falecerem, é o usufruto
- temporário
 - restrito
 - universal
 - simultâneo
 - sucessivo

- 40- A aquisição da propriedade imóvel pelo acréscimo formado em razão do afastamento das águas que descobrem parte do álveo do rio deu-se por:
- abandono de álveo
 - aluviação imprópria
 - aluviação própria
 - avulsão
 - formação de ilha

41- A apólice que se ocupa de risco que se desenvolver ao longo da atividade, determinando a individualização e a especificação dos objetos segurados por meio de averbações realizadas dentro do período de sua vigência, designa-se apólice:

- flutuante
- simples
- específica
- plúrima
- aberta

42- Se uma empresa, proprietária de certo bem móvel ou imóvel, o vender ou o der em dação em pagamento a outra que, ao adquiri-lo, imediatamente, o arrenda à vendedora, configurado está o

- Dummy corporation*
- leasing* operacional
- lease-back*
- leasing* financeiro
- self-leasing*

43- Se o *de cujus*, antes de falecer, não tendo herdeiros necessários, simulou a venda de um terreno a terceira pessoa, a quem pretendia deixar o bem alienado aparentemente a título de legado, ter-se-á simulação:

- maliciosa
- inocente
- relativa subjetiva
- relativa objetiva
- absoluta

44- Assinale a opção falsa.

- Ato jurídico *stricto sensu* é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico, preordenado pela lei, sem função e natureza de auto-regulamento.
- Ato material consiste na atuação da vontade que lhe dá existência imediata, porque não se destina ao conhecimento de determinada pessoa, não tendo, portanto, destinatário.
- A prescrição e a decadência são fatos jurídicos em sentido estrito, classificados, quanto à sua normalidade, em ordinários.
- Participação consiste numa declaração para ciência ou comunicação a outrem de intenção ou de fato.
- Fato jurídico *stricto sensu* é o acontecimento dependente da vontade humana, que produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.

45- O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é

- pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta
- pessoa jurídica de direito público interno de administração direta
- associação
- pessoa jurídica de direito privado
- fundação particular

Instituto de Direito Público: PENAL

46- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, quando o devedor, antes de recebida a denúncia, celebra acordo com a Administração para efetuar o pagamento do débito

fiscal em parcelas periódicas e sucessivas, entende configurar:

- a) extinção da punibilidade
- b) suspensão condicional da extinção da punibilidade
- c) causa extintiva do processo
- d) transação penalmente irrelevante
- e) suspensão condicional do processo

47- A individualização da pena

- a) é fixada pelo ministério público ao iniciar a ação penal
- b) exige bom comportamento carcerário
- c) retribui o mal com o mal
- d) fica a critério do juiz
- e) visa à reprovação e prevenção do crime

48- **A**, imputável, deseja praticar o crime de furto; age em companhia de **B**; durante a execução, **B** comete violência contra a vítima, que **A** supunha ausente do local, caracterizando o crime de roubo. **A** responderá:

- a) pelo crime de roubo com pena reduzida
- b) pelo crime que desejou praticar com agravante
- c) pelo crime que desejou praticar
- d) pelo crime de roubo com atenuante
- e) pelo crime de roubo com causa especial de diminuição da pena

49- A coação física irresistível, no Código Penal brasileiro, é excludente de:

- a) culpabilidade
- b) tipicidade
- c) criminalidade
- d) ilicitude
- e) agravante

50- **A**, amigo de **B**, ambos maiores e imputáveis, vão à caça. **A** vê a onça próxima a **B**; não querendo perder a oportunidade, embora tenha previsão de poder matar o amigo, se errar a pontaria, atira em direção ao animal, confiante de que, como ocorreria, várias vezes, naquelas circunstâncias, não erraria o alvo. Atira em direção ao animal, todavia, mata **B**. A situação descrita configura

- a) culpa inconsciente
- b) dolo eventual
- c) preterdolo
- d) culpa consciente
- e) dolo direto

51- Na legislação brasileira, o conceito de contravenção penal é fixado pela(o)

- a) gravidade da conduta
- b) conduta
- c) resultado
- d) pena cominada
- e) pena aplicada

PROCESSUAL CIVIL

52- A respeito do mandado de segurança, é correto afirmar que

- a) conforme entendimento sumulado, contra acórdão não unânime que, no julgamento de recurso de

apelação, mantém sentença concessiva de segurança, é inadmissível a utilização do recurso de embargos infringentes

- b) contra acórdão de Tribunal de Justiça que, apoiado em norma constitucional interpretada de maneira divergente de outros Tribunais, nega provimento a recurso de apelação contra a sentença concessiva da segurança, cabe recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial
- c) a pretensão mandamental deve ser dirigida contra a autoridade delegante, quando o ato impugnado tiver sido praticado por autoridade no exercício de competência delegada
- d) os pedidos de suspensão de segurança seguem as regras do mandado de segurança quanto à competência e quanto ao rito
- e) segundo a jurisprudência dominante, a sentença concessiva da segurança pode validamente impor a condenação da autoridade coatora ao pagamento de honorários de advogado

53- Relativamente à medida cautelar fiscal é correto afirmar que

- a) somente pode ser requerida contra sujeito passivo de crédito tributário
- b) se, por qualquer motivo, cessar a sua eficácia, é defeso à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento
- c) deve ser proposta perante o juízo competente para a execução judicial, mesmo quando a execução já estiver em Tribunal
- d) não cabe recurso do despacho que a concede liminarmente
- e) para a sua concessão é necessária apenas a prova literal da constituição do crédito fiscal

Nas questões 54 e 55, assinale a opção correta.

- 54- a) Quando decidir sobre relação jurídica condicional, o juiz pode proferir sentença condicional.
 - b) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação consistente em dinheiro produz a hipoteca judiciária, salvo quando a condenação for genérica.
 - c) No procedimento sumário, a parte pode interpor, à sua escolha, agravo de instrumento ou retido contra as decisões sobre matéria probatória proferidas em audiência.
 - d) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento apenas do fundamento considerado na sentença.
 - e) Tratando-se de relação jurídica continuativa, a parte pode pedir a revisão do que foi estatuído em sentença não mais sujeita a recurso, se sobreveio modificação no estado de fato ou de direito.
- 55- a) Quando contiver declaração de ciência relativa a determinado fato, o documento particular prova, em relação ao signatário, a declaração e o fato declarado.
 - b) A jurisprudência não admite ação declaratória

que vise obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.

- c) Na liquidação por artigos, o réu deve ser citado pessoalmente.
- d) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo da obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor, esteja o documento em poder do credor ou do devedor.
- e) A ação civil pública não pode ter por objeto a condenação em dinheiro.

56- O prazo para a contestação do réu citado por edital começa a correr a partir do (da)

- a) décimo quinto dia seguinte ao término da dilação temporal fixada no edital
- b) primeiro dia útil seguinte ao da última publicação do edital
- c) primeiro dia útil seguinte ao término da dilação temporal fixada no edital
- d) data em que se certificar nos autos que os editais foram devidamente publicados
- e) primeiro dia útil seguinte ao da primeira publicação do edital

Institutos de Direito Público e Privado

57- Regras, quaisquer que sejam, religiosas, morais, jurídicas ou de etiqueta, emanam da sociedade, para serem cumpridas, desenvolvendo-se, também socialmente, formas de garantia do cumprimento dessas regras. Diante disso sanção é:

- a) toda e qualquer consequência, pela qual se pretende uma garantia daquilo que se determina em uma regra
- b) forma específica de cumprimento das regras morais
- c) forma específica de auto-contenção que opera no plano da consciência individual-social do homem
- d) forma específica de cumprimento das regras jurídicas
- e) espécie de que é gênero a sanção jurídica

58- Na expressão "tudo o que é jurídico é moral, mas nem tudo o que é moral é jurídico" reconhece-se um fundamento que deriva da teoria da (do)

- a) "plus-valia"
- b) "boa razão"
- c) "imoralidade implícita"
- d) "irrelevância ética"
- e) "mínimo ético"

59- Por Direito Positivo entende-se o Direito:

- a) ocidental contemporâneo, por oposição ao direito arcaico
- b) cuja legitimidade deriva do consenso civilizatório
- c) que, em algum momento histórico, entrou em vigor, teve ou continua tendo eficácia
- d) moderno, consubstanciado em leis vigentes, revogadoras de ordenamentos precedentes, não mais com vigência e eficácia
- e) universal, derivado do princípio da boa razão

60- A expressão "justo porque ordenado pela autoridade" tem como pressuposto doutrinário o(a)

- a) jusnaturalismo jurídico
- b) holismo jurídico
- c) gnose cabalística
- d) positivismo jurídico
- e) transcendentalismo gnoseológico